



O MOMENTO

DIÁRIO DO POVO

**EDITORIAL: TARDO-CARLISMO E O
PETISMO DE GOVERNO**

PG.2

**AS CONSEQUÊNCIAS PRÁTICAS DA DETERMINAÇÃO
SOCIAL DO PROCESSO SAÚDE-DOENÇA**

PG.4

**A ESCOLA IDEAL NÃO PODE FICAR APENAS NA IDEIA: A GREVE
DOS SERVIDORES DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL**

PG.6

**A POLÍCIA É INIMIGA DO POVO: DEVEMOS LUTAR
CONTRA SUA PRESENÇA EM NOSSAS COMUNIDADES**

PG.7

ENTREVISTA DO MOMENTO - ANTONIO CARLOS MAZZEO

PG.9

**CONSIDERAÇÕES SOBRE A FALSA ABOLIÇÃO
14 DE MAIO: O DIA SEGUINTE**

PG. 12

**AS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DA
BAHIA (UEBA) (R)EXISTEM!**

PG. 14

**O SEQUESTRO DO FUNDEB PELO
GOVERNO RUI COSTA**

PG.16

**PACOTE DO VENENO: O AGRO É GUERRA, O
AGRO É MORTE, O AGRO É FOME**

PG.18

**ESPECIAL ELEIÇÕES 2022:
BIOGRAFIA DE JOÃO COIMBRA**

PG.21

**ESPAÇO CULTURAL: DA CELEBRAÇÃO DO
CENTENÁRIO DO PCB NA BAHIA**

PG.22

**MEMÓRIA:
ZULEIKA ALAMBERT**

PG.23

Tardo-carlismo e o petismo de governo



Foto: Sidney Lins



Foto: Jefferson Rudy / Agência Senado

Por Milton Pinheiro

Em outro momento dessa jornada editorial, ao analisar o processo eleitoral na Bahia de 2022, fiz questão de alertar sobre o longo histórico que define o comportamento oportunista das diversas frações do Centrão, na ordem de pertencimento aos governos de plantão. Esses agrupamentos de centro direita, fisiológicos por excelência, alguns definitivamente consorciados ao bolsonarismo de rapina, se especializaram em montar acampamento na antesala das coligações que estão com farta vantagem eleitoral. Agora não seria diferente.

Esse horizonte de vitória é determinante na aproximação desses segmentos do balcão de negócios dos governos, e dos parlamentos, na lógica que operam para se tornarem apoiadores dos corriqueiros governos da província. Até aí nada de novo no Front. Afinal, por 16 anos o petismo no governo alimentou os vícios dessa escória da política, optando por não modificar em nada à forma pela qual foram compostas as coligações burgo-petistas na velha Bahia; mantendo-

se na mesma fórmula utilizada pelo antigo chefe político, Antônio Carlos Magalhães.

O projeto do petismo de governo foi pautado em obras para terceirização, com baixa capacidade de atendimento social (infraestrutura de saúde, sistema de educação e integração policial); utilizou como método de composição da máquina pública o sistema de votação dos chefes políticos locais e, ao lado disso, um sistema de cotas para atender aos interesses pessoais do governador e dos mais próximos (laços de amizade e familiar); o controle dos recursos foi administrado pela gerência/método da iniciativa privada; foi feito superávit primário às custas do maior arrocho salarial da história do século XXI sobre os trabalhadores do serviço público. E foi implementada a mesma lógica de ACM e Paulo Souto aprofundando a escorcha previdenciária, ao tempo em que são disponibilizados fartos recursos para a máquina de propaganda do governo.

Essa modalidade de governo foi levada



à exaustão e aprimorou um perfil ideológico que o tornou refém do conservadorismo societário (família, religião, segurança pública, juventude, etc.), contribuindo assim para reafirmar pontos do conservadorismo estabelecidos pelo neopetencostalismo e pelo complexo político da parceria com a centro direita que está nos rincões do estado, estimulando vícios, posturas antiéticas e práticas de "curral" eleitoral.

O burgo-petismo, aliado do tardo-carlismo, considera que seu maior empreendimento político é o que eles chamam de "portifólio de obras". Estão redondamente enganados, seu maior empreendimento foi fazer tudo igual para que nada pudesse ser mudado. Vejamos, total ausência de diálogo com quem faz a ponte entre o governo e a população através dos serviços públicos: o funcionalismo público. Sistema de educação caótico e sem atingir suas finalidades, universidades estaduais sucateadas e sem prioridade por parte do governo, sistema de segurança pública reconhecido não pela forma cidadã de proteger a população, mas, notabilizando-se como o segundo estado que mais executa pretos e pobres no Brasil, e prédios hospitalares sem capacidade de atendimento que, em última instância, é causado pelo sistema de terceirização.

Nesse cenário da lógica política estatal, a conjuntura das alianças está sendo impactada pela pesquisa eleitoral. Os altos índices eleitorais apresentados pelo candidato ACM, o neto, movimentaram o tabuleiro das alianças na Bahia, e alguns fatores devem ser destacados. O primeiro deles, foi o papel

desagregador do governador Rui Costa. Sua arrogância e mandonismo facilitou que as aves de arribação do fisiologismo baiano levantassem vôo em sentido da coligação de seu rival. Segundo, durante 16 anos o petismo de governo nunca procurou estabelecer novos parâmetros para articulação política, muito menos estabelecer laços com os movimentos populares de massas na Bahia. Terceiro, o candidato escolhido por Rui Costa não conseguiu nem conversar com o projeto estratégico de universidade estadual, muito menos com a educação básica; ferindo deliberadamente a autonomia da universidade pública baiana e atacando a carreira docente, sem falar no colapso salarial que a categoria foi submetida.

Consolidou-se a crise do ciclo do petismo de governo e sua aliança com o tardo-carlismo. A lógica do estímulo-resposta das relações burgo-petistas entrou em convulsão. O bloco tardo-carlista quer o que sempre quis: integrar governos, ganhar cargos, ter obras paroquiais, ser afagado pelo chefe de plantão, portanto, vai mudar para ficar tudo como está. Afinal, o que esperar do PP de Ciro Nogueira e Arthur Lira, que aqui na Bahia é dirigido pela família de Cacá Leão, o Cláudio Cajado e congêneres, todos bolsonaristas no Congresso Nacional.

Só resta ao petismo de governo, com seus erros estratégicos e sua incapacidade tática, colar o anódino Jerônimo Rodrigues à figura popular do ex-presidente Lula e torcer para essa fórmula possa se repetir novamente. Será que dará certo?



Jornalista responsável

Milton Pinheiro MTB 72.595/SP

Conselho de Redação

Camila Oliver, Milton Pinheiro, Rômulo

Caires e João Abreu

Editora

Camila Oliver

Diagramação e Capa

João Abreu



o m o m e n t o b a

Colaboradores desta edição

CFCAM - Salvador, João Aguiar,

Wenderson Silvari, Elson Moura Dias

Junior, Giovani Damico, Alexandre Mask

e Marcela Carvalho,

Revisão

Luiza Brandão e Anna Luiza

contato@omomento.org | www.omomento.org

AS CONSEQUÊNCIAS PRÁTICAS DA DETERMINAÇÃO SOCIAL DO PROCESSO SAÚDE-DOENÇA



Foto: Simesp

Por Rômulo Caires

Um dos ensinamentos mais importantes legados pelos comunistas desde o século XIX é a necessidade de articular a produção teórica com suas consequências organizativas e práticas. Para um comunista não basta pensar os vínculos internos de uma ideia, mas fundamentalmente é preciso pensar nas formas como uma ideia se torna força material. Numa mesma direção, é também necessário investigar o chão histórico em que determinadas ideias emergem.

Quando falamos em saúde estamos nomeando uma concepção que não é homogênea, que varia historicamente e que baliza diferentes formas de organizar socialmente o que se entende por saúde. Se a concepção hoje hegemônica orienta práticas em saúde que individualizam problemas e que mistificam as reais causas do adoecimento, a medicina social latino-americana inaugurou uma forma de pensar e organizar a saúde preñhe de potenciais revolucionários: a determinação social do processo saúde-doença.

Desde o fim do século XVIII, na esteira da

nascente industrialização da Europa Ocidental, cresce a intervenção da medicina em direção ao corpo social. A chamada medicina moderna surge a partir da aplicação em grande escala de um conjunto de ciências como a fisiologia, a anatomia, histologia e patologia, classicamente lidas no paradigma das ciências naturais, como também princípios que se constituirão nas ciências humanas, tais como economia, sociologia e psicologia. À marcha da urbanização se punha a necessidade de lidar com os problemas sanitários advindos das péssimas condições de trabalho e moradia, populações cada vez mais aglomeradas em grandes cidades e conflitos sociais em dimensões explosivas. O capitalismo em desenvolvimento precisava de força de trabalho em escala ampliada.

Analisando as diferenças de organização do cuidado em saúde em múltiplas sociedades é possível demonstrar a relação intrincada entre industrialização e crescimento do poder de intervenção da medicina. Mesmo que tenha sido laboriosamente construída a ideia de uma me-



dicina científica neutra e apartada das relações sociais, a medicina se constitui enquanto prática que impõe normas e essas normas variam a depender das necessidades de cada sociedade. Se entre povos antigos a medicina era uma prática aristocrática, próxima da filosofia e da cosmologia, nos tempos atuais ela é produzida em larga escala, se identificando enquanto um saber próprio e referendado nos acúmulos tecnológicos e científicos, ou seja, anda próxima da própria reprodução do capitalismo.

A sociedade capitalista impõe como necessidade a reprodução de sua mercadoria mais valiosa: a força de trabalho. É da força de trabalho que o capital suga suas energias para continuar se movendo em escalas cada vez mais ampliadas. Ainda que a proteção social do trabalho varie de sociedade para sociedade segundo a dinâmica da luta de classes, não é possível imaginar a sociedade capitalista sem trabalhadores e assim há a necessidade imperiosa de oferecer mínimas condições para a sua sobrevivência. Há a obrigação, por exemplo, de um maior controle da saúde do trabalhador, do cuidado sanitário nas cidades, da disciplinarização dos comportamentos para que a maioria aceite a imposição de ter que vender sua força de trabalho para sobreviver.

Uma mutação importante ocorrida no decorrer do século XX foi a superação progressiva, ainda que ocorrida de forma desigual ao redor do globo, da alta mortalidade ocasionada por doenças infectocontagiosas. O isolamento de agentes etiológicos específicos, a maior compreensão do desenvolvimento natural de algumas doenças e medidas como a vacinação permitiram o maior controle de condições que antes poderiam ser letais. Nesse sentido, as intervenções sanitárias mais globais foram perdendo a prioridade em direção a intervenções cada vez mais localizadas no corpo biológico de cada indivíduo. As doenças crônico-degenerativas se tornaram mais prevalentes e a incidência do paradigma biomédico se tornou hegemônica, o que consolidou uma forma individualista de pensar o processo saúde-doença.

Apesar da compreensão moderna de saúde priorizar cada vez mais a individualização, a Revolução Russa modificou radicalmente as tendências que se operavam no fim do século XIX e início do século XX. Desenvolvemos em texto anterior as consequências da Revolução Russa para a construção de uma concepção de saúde pública universal e feita pela e para a classe trabalhadora. Aqui focaremos apenas em um desdobramento posterior dessa nova concepção de saúde. Trata-se do que ficou mais bem concretizado pelo conceito de determinação social do processo saúde-doença. Tal conceito evidencia que as formas de adoecimento e as formas

de cuidado e potencialização da vida estão diretamente imbricadas com a própria forma da organização social.

A sociedade capitalista se impõe enquanto lógica de dominação e alienação do trabalho e esta determinação interage e se inter-relaciona com a reprodução da própria vida enquanto tal. A vida da classe trabalhadora nesta sociedade é vida para a exploração, para a produtividade, para o desgaste contínuo de sua força vital como garantia da acumulação de capital. A compreensão do que é saúde e doença é, assim, regulada pelos interesses do lucro e do mercado. Mesmo quando se pensa em serviços de saúde, em sua maioria se pensa nas vias de cuidado e tratamento que tornarão o trabalhador mais apto para a produção.

A concepção da determinação social do processo saúde-doença tem como um de seus objetivos fundamentais desvendar a nocividade do processo de trabalho sob o capitalismo e suas implicações de sobrecarga, perda de sentido, fragmentação e obstáculos à criatividade e realização. Não se trata de uma mera “saúde ocupacional”, disciplina que exerceu preponderantemente o papel de controle capitalista da força de trabalho, mas o entendimento de que a dominação do trabalho pelo capital é o ponto fulcral de onde emerge uma série de outros sistemas de dominação.

Nesta perspectiva, o pensamento e a prática fundados na determinação social do processo saúde-doença são essencialmente críticas à sociedade capitalista. Não se trata apenas de propor uma regulação do mercado e do lucro ou de estabelecer mecanismos de proteção social do trabalhador, ainda que sejam aspectos taticamente importantes. Trata-se sobretudo de entender que a saúde não é um valor dado, mas sim a ser conquistado por luta, como práxis. A saúde tem assim relação direta com soberania alimentar, moradia, liberdade substantiva, lazer, cultura etc. e tal compreensão aponta não apenas para demandas por serviços de saúde, medicamentos e intervenções diretas sobre o corpo individual, mas indicam a completa reorganização do tecido social.

Os próprios trabalhadores da saúde são assim convocados a se organizarem enquanto contrapoder ao capital em conjunto com os demais setores da classe, não se restringindo a um campo especializado e apartado das demais lutas. Tais caminhos podem permitir a superação de uma concepção de saúde mais ligada à dominação e controle em direção a promoção de uma saúde mais próxima da liberdade e da potencialização das forças vitais dos seres humanos.

A ESCOLA IDEAL NÃO PODE FICAR APENAS NA IDEIA: A GREVE DOS SERVIDORES DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL



Foto: Claudionor Jr. / Gov. BA

Por CFCAM - Salvador

Entrei numa escola que era linda, quase perfeita: ideal. A escola ideal tinha salas amplas, centros de aprendizagem distintos e muitas cores. A escola ideal possuía uma cozinha coletiva para aulas e para o momento do lanche. Na escola ideal havia laboratório de artes, de ciências e de poesia. Na escola ideal os professores davam aula em um turno, e no outro turno planejavam. Planejavam com tempo, leveza e aprofundamento. Na escola ideal, todos os alunos chegavam com transporte escolar público e de qualidade. Na escola ideal, uma nutricionista planejava o cardápio semanal, que era executado por uma chef de cozinha, exceto nos dias em que as próprias crianças eram responsáveis pela feitura dos alimentos. Na escola ideal existe um grêmio estudantil e todas as decisões são também acompanhadas e discutidas com os estudantes. Havia mais elementos nessa escola, muito mais, mas precisei acordar antes que pudesse dar conta de todos eles.

A rede municipal de educação de Salvador está em greve. E esse texto poderia parar aqui, visto que, tanto eu quanto você, sabemos que nesse mundo capitalista em que educação é mercadoria, não existe a escola ideal. Contudo, há o que ser feito: o trabalho nas fissuras que as professoras* têm feito até o momento da escrita deste texto tem sido de nove dias de luta.

A rede municipal de Salvador luta por melhores estruturas físicas nas escolas, uma vez que estas não possuem bibliotecas, espaço de recreação, quadras para educação física, salas de danças e rede de internet. Além disso, o espaço interno das salas de aulas é muito pequeno. Os elementos aqui mencionados deveriam ser o mínimo, não é? Mas acho que o executivo municipal discorda.

Luta-se por auxiliares de desenvolvimento infantil - ADI nas salas de aulas de crianças pequenas - professoras e alunos precisam de apoio extra para que o momento da aprendizagem seja o mais prazeroso e feliz. Tudo isso é impossível de acontecer com apenas um profissional em uma sala com mais de 20 crianças, por exemplo.

Luta-se por merenda escolar de qualidade - Biscoito

de leite e café não são suficientes para a criança que já falou na sala, antes mesmo das 9 da manhã, que está com fome. Em datas especiais e comemorativas, como o dia das crianças, por exemplo, o cachorro quente e a pipoca ofertados vêm de uma vaquinha angariada pelas professoras.

Luta-se para iniciar o ano letivo. Há escolas na rede municipal de Salvador que, até a presente data, não começaram as aulas. O motivo: a escola está em reforma. Após dois anos de pandemia o governo continua a submeter centenas de alunos à falta de aulas. E, no caso das escolas que já retomaram as atividades após as reformas, nos deparamos com espaços sem acabamento, com rachaduras ou infiltrações, e, ao menor sinal de chuva, alagamentos. Em algumas destas escolas, que apenas recentemente retomaram as atividades presenciais devido ao longo tempo empreendido em tais modificações físicas, seus profissionais se veem frente à difícil escolha de aderir à greve por condições mínimas de trabalho, ou deixar de atender a comunidade escolar que tanto esperou pelo retorno das aulas.

Por fim, a nossa rede luta pelo reajuste salarial: com salários defasados há anos, às professoras foi oferecido um acréscimo de míseros 6%, mesmo com a lei garantindo um mínimo, que para ser atingido, necessitaria de um reajuste de 33, 24%. Como se tudo isso já não fosse suficiente, embora o salário base de uma professora de 40h da rede seja de R\$ 2485,36, o prefeito de Salvador afirmou em suas redes sociais que estas recebem de 8,000 a 18,000 reais por mês!

A escola ideal pode ainda ser um sonho, mas é na luta diária que cada pedaço desse sonho se constrói em coletivo, para que ele se torne cada vez mais real.

**Escolhemos aqui generalizar "as professoras" por serem maioria nas salas de aulas de todo país e principalmente na rede municipal onde estão as salas de educação infantil. Quando vir essa grafia, compreenda pessoas que trabalham na escola ensinando"*

A POLÍCIA É INIMIGA DO POVO: DEVEMOS LUTAR CONTRA SUA PRESENÇA EM NOSSAS COMUNIDADES



Foto: Luciana Zacarias

Por João Aguiar

O militar prussiano Von Clausewitz, clássico no estudo da guerra e de problemas estratégicos, sintetiza em uma de suas máximas ao analisar a guerra em suas leis objetivas que “a guerra é um ato de violência cujo objetivo é forçar o adversário a executar nosso vontade”. A ação militar é o ato de força para subordinar o inimigo. Seu objetivo é liquidá-lo total ou parcialmente, neutralizando sua força.

A doutrina militar que orienta o comportamento das forças armadas brasileiras em sua totalidade, desde o exército às polícias, é a doutrina de segurança nacional voltada ao combate do inimigo interno. Esta orienta o Estado e seu conjunto de organismos de coerção para salvaguardar a ordem a qual o serve, escamoteando sua funcionalidade essencialmente ligada aos interesses de classe que o regem. Na verdade, a doutrina militar que organiza seu contingente para o inimigo interno, é uma expressão ideológica que sintetiza em termos técnicos a dominação burguesa em seu sentido militar. Esse inimigo interno é a classe proletária, que potencialmente é a única dotada de razões materiais e capacidade de pôr fim à dominação secular das classes dominantes do Brasil.

Considerando as forças armadas (exército, polícia civil, militar, federal, rodoviária, etc.) no sentido de classe enquanto corpo único, ou seja, em seu sentido geral, como expressão do exército da burguesia, podemos observar que este corpo está permanentemente mobilizado, em incursões violentas. Dito de outro modo, este corpo dirige uma guerra contra seu inimigo e age de forma impiedosa. Tortura, executa, ameaça, promove chacinas, subvertendo as mais avançadas prerrogativas legais do direito

liberal-burguês. O objetivo que os leva à guerra é a manutenção da propriedade privada e da exploração violenta da força de trabalho do proletariado, em condições cada vez mais desumanas em nossa quadra histórica

A existência desse exército é instituída como mecanismo de repressão permanente, sobre diversas justificativas, em contextos históricos que as classes dominantes se mobilizaram para a repressão como fator indissociável de seu sistema econômico e de propriedade. Fundamentalmente a principal bandeira de legitimidade do exército burguês em nossos tempos é o que chamam de criminalidade. Bandeira cuja qual PM é a principal responsável por encampar e criar uma razão pela qual justifica a necessidade de sua existência e de seus atos de brutalidade. “Fazemos o que fazemos, para combater este mal do crime.”

Não por menos há um grande investimento corporativo em programas sensacionalistas que cobrem as ações militares oficiais do Estado, com tons positivos de heroísmo, ou apoiadas em falas agitativas dos mais hostis políticos da burguesia, à exemplo do presidente fascista Jair Bolsonaro. Assim o fazem para elevar o moral de suas tropas, que dependem da permanente propaganda de guerra para conquistar legitimidade, dada a inescapável contradição entre aquilo que alegam e a verdadeira razão de sua existência criminoso, que se revela na prática: a repressão dos pobres e trabalhadores para manter seu regime de classe, que afeta acen-tuadamente negros e indígenas, onde a mitologia jurídica racista encontrou a melhor definição fenotípica para fabricar a caricatura do criminoso, dada

os componentes racistas que se incorporaram na formação capitalista e das instituições do estado brasileiro.

Assim o exército da burguesia seja por via de comandos gerais coordenados - tal como as ações da ditadura militar para dismantelar o PCB e focos guerrilheiros na ditadura, ou nas operações dos governos estaduais e federais para criar um teatro de operações em determinada favela cuja justificativa mentirosa é o "combate ao tráfico" - é regido por relações da própria natureza de seus métodos de dominação que promovem a ostensividade a todo o tempo, obrigando o combate constante e a presença. Ademais, o comércio burguês das drogas e das armas desenvolve um mercado lucrativo que também incluem a participação das polícias, milícias e do próprio exército. A burguesia e os segmentos da burocracia militar logicamente enxergam o alastramento do comércio ilegal de drogas com bons olhos e por isso não se opõem veementemente.

Se levamos a sério a consideração que existe de fato o genocídio através de uma guerra que se desenvolve a partir do exército burguês contra a massa proletária, principalmente os extratos mais pobres e racializados, é preciso pensar as formas de resistência popular. Não basta reconhecer o inimigo, sua existência e seu modus operandi, quando não desenvolvemos métodos de luta que materialmente ponham em condições de enfrentar essas violações, com base no estudo científico de nossa realidade e considerando as experiências dos povos de luta do Brasil e do mundo.

A única forma de derrotar o inimigo da classe proletária e de todos os segmentos populares é sobrepor sua força militar. Esta é uma tarefa última, contudo, estratégica, sendo o objetivo que norteia e subordina o desenvolver de todas as etapas anteriores a sua execução. Toda nossa luta até que criemos esse contexto deve ser impulsionada sobre alguns princípios:

1. desmoralizar todos os atos de nossos inimigo de classe e de seu exército, denunciando seus crimes e sua atividade torpe, para afetar a coesão de sua tropa e induzir à indecisão, ao passo que coesionamos a organização popular com uma clara linha que nos demarca frente o inimigo. O trabalho de agitação e propaganda torna-se fundamental neste aspecto;
2. desenvolver a organização das comunidades pobres e de trabalhadores em todas as lutas para sua existência digna, na luta por creche, educação, saúde, moradia, esgotamento, enfrentamento ao racismo, enfrentar a discriminação religiosa

etc. criando vínculos políticos mais profundos entre os lutadores e suas próprias comunidades. O trabalho de organização de massas é indispensável para fortalecer o apoio de base e criar círculos de participação popular na vida política;

3. apoiar as rebeliões populares, conscientes e ou espontâneas, que urgem contra o inimigo de farda e suas ações criminosas, tal como o exemplo dos moradores de Umbaúba em Sergipe que obrigaram as forças da repressão a recuarem, hostilizando sua presença, após o bárbaro assassinato de Genivaldo, trabalhador negro assassinado em uma viatura que foi utilizada como câmara de gás para asfixiá-lo;
4. Nas lutas em que travamos, exigir o fim de suas operações racistas e incentivar o povo a opor-se à presença das forças armadas da burguesia nas comunidades pobres, onde são executadas suas ações criminosas;
5. Exigir sua desmilitarização em combinação com políticas que conduzam ao fim a farsa da guerra às drogas e a dura realidade do encarceramento em massa, para golpear suas estruturas, cadeias de comando e formas de dominação. Buscamos aqui enfraquecer a capacidade de coerção do inimigo;
6. Desenvolver o máximo da pressão civil e fazê-la alastrar em proporções que todo passo do inimigo seja tratado com hostilidade, repulsa e estranhamento. Não lhe dar conforto, pressioná-lo todo o tempo possível e acuá-lo, pois trata-se de um corpo militar assustado, a serviço de uma minoria vil - a burguesia, classe racista e parasitária.

A luta contra a presença do exército burguês terá seu fim quando a classe que o serve for destronada do poder, isto é, desarmada e expropriada, política e economicamente (terra, indústria, bancos). Quando inclusive, não mais detiver o monopólio do emprego da força militar. A única afirmação possível para deter o exército da burguesia e os criminosos de farda, seus assassinatos e prisões, é que o Poder Popular seja vitorioso, visto que para se lutar contra um poder e superá-lo, há de se afirmar outro em seu lugar. Sendo essa a condição para impor uma nova realidade onde não exista mais exército e tropas a serviço de outra classe dissociada do povo, organizadas para a repressão do povo; senão, o próprio povo exercendo o poder.

ENTREVISTA DO MOMENTO ANTONIO CARLOS MAZZEO



Foto: CBN - SP

Entrevista por Milton Pinheiro

Antonio Carlos Mazzeo é doutor em história econômica pela Universidade de São Paulo, pós-doutor em filosofia política pela Università Degli Studi Roma-Tre e Livre-Docente em ciência política pela Universidade Estadual Paulista. É professor dos programas de pós-graduação em história econômica (USP) e serviço social (PUC-SP). É membro do Comitê Central do PCB

O MOMENTO - Você é um importante intelectual marxista brasileiro com uma longa militância comunista. Como analisa o quadro político atual.

Mazzeo - O quadro político brasileiro está tensionado pelas pressões sociais e políticas postas por uma sociedade em crise. O governo Bolsonaro, desde seu início, privi-

legiou segmentos do empresariado, notadamente o agronegócio e setores do capital financeiro, em detrimento do povo trabalhador, deixando de lado qualquer perspectiva de se constituir políticas nacionais e de grande porte, como desenvolvimento econômico vinculado ao setor de bens de produção e de consumo popular; políticas de emprego, auxílios sociais robustos para combater a fome, sem contar o abandono da Ciência e Tecnologia e a determinação de subsumir as políticas ambientais aos interesses econômicos mais destrutivos.

A política de Bolsonaro, através das medidas implementadas por Paulo Guedes visou apenas atender as demandas dos dois segmentos produtivos arrolados acima, além de procurar atender, também, as demandas de setores da pequena-burguesia comercial e da burocracia estatal, notadamente, os membros das forças armadas e os policiais militares, com ênfase, no oficialato. De modo que o governo Bolsonaro não conseguiu costurar um bloco político sólido no empresariado industrial e dos setores de insumos e aqueles vinculados com o desenvolvimento de tecnologias. É por esse motivo que Bolsonaro, sem nenhuma proposta que atenda às reais demandas nacionais, para continuar no poder, age através de factóides que envolvem conflitos com o judiciário, contando com apoio de grupos fisiológicos no Congresso Nacional, e de sua tropa de choque neofascista, que garantem seu comportamento autocrático que permanentemente ameaça golpear as instituições do Estado democrático de direito instituído, sugerindo, inclusive a possibilidade de transcender a legalidade institucional. O Fato é que o Brasil vive uma das crises econômicas mais graves dos últimos 40 anos, beirando a estagflação, com desemprego em massa e carestia, agravadas por uma condição que ainda reverbera as consequências da crise sanitária provocada pelo desdém com a saúde da população brasileira.

O MOMENTO - Como examina o processo eleitoral brasileiro e quais as questões centrais desse processo para os comunistas brasileiros?

Mazzeo - O quadro político que se desdobra no processo eleitoral é bastante complexo. Para os comunistas brasileiros, a “polarização” que vemos no Brasil reflete as próprias alternativas que os governos que se constituíram após a ditadura civil-militar, buscaram para desenvolver a economia brasileira. O Elemento central foi a opção por políticas liberais que atualizaram e deram continuidade à inserção-subordinada no conserto da economia internacional, reafirmando o caminho colonial de uma economia que se constituiu como complementar dos polos centrais do capitalismo. Essa opção, ratificada pelos governos petistas não somente reestruturou e direcionou a economia brasileira para a produção de commodities, como acelerou a desindustrialização do país, provocando uma reestruturação produtiva que lançou milhões de trabalhadores à precarização e ao subemprego. O governo Bolsonaro, com sua ausência de propostas para a nação e sua opção preferencial pelo agronegócio e pelo capital financeiro, veio agravar intensamente a situação econômica do país e, nesse sentido, os comunistas brasileiros se colocam radicalmente na oposição às políticas destrutivas da nação, implementadas por Bolsonaro. Ao mesmo tempo, os comunistas do PCB rejeitam a conciliação de classe e com o imperialismo proposta pelo reformismo capitaneado pelo PT, porque no âmbito central da economia brasileira, não somente mantém a inserção-subordinada do Brasil na economia mundial, como para a aplicação de uma política de conciliação com os interesses dos monopólios nacionais e internacionais, atrela a classe trabalhadora em seu conjunto, aos interesses da burguesia brasileira e a seus sócios imperialistas, desmobilizando a luta e rebaixando a intervenção protagonista do proletariado brasileiro que passa a conviver subalternizada a projetos alheios a seus interesses de classe.

O MOMENTO - O marxismo mostra-se, cada dia mais, capaz de responder às contradições da ordem capitalista. Que leitura faria da aderência explicativa dessa teoria social ao cenário das lutas de classes em curso no Brasil?



Mazzeo - Exatamente por utilizar o marxismo como instrumento de análise e de compreensão da realidade brasileira, os comunistas entendemos que a alternativa para o desenvolvimento do país não pode mais estar calcada no capitalismo. Em nossa visão da dinâmica societal brasileira é que a crise sistêmico-estrutural do capitalismo como um todo, não oferece nenhuma alternativa para o desenvolvimento dos povos do mundo. Nesse sentido, há que se construir alternativas que comecem a apontar perspectivas que visem a superação das relações econômicas baseadas nas relações sociais do capital, ampliando desde já, um leque de opções que centrem tanto as decisões de políticas econômicas e sociais, no atendimento das necessidades da maioria da população brasileira, que deverão ser decididas coletivamente pela maioria da sociedade. Daí nossa proposta de construção do Poder Popular, como uma transição para uma economia socialista com ampla participação, comandada pelos trabalhadores.

O MOMENTO - O confronto da Ucrânia evidencia a ampla validade do que Lênin qualificou como imperialismo. Como avalia essa quadra histórica?

Mazzeo - A evidência de que se vive uma crise de grande porte nas relações econômicas do capitalismo contemporâneo, com reflexos no cenário geopolítico mundial, é o que ocorre na Ucrânia. Ali disputa-se a construção de uma nova hegemonia econômica em que os protagonistas emergentes estão centrados no Oriente. Nesse cenário, a economia em destaque é a da China, que além de ser uma economia de grande envergadura e que já disputa espaços econômicos com os Estados Unidos da América, é também, uma potência militar. Isso significa dizer que a guerra da Ucrânia é resultante da própria expansão da aliança militar ocidental, a OTAN, em direção ao leste europeu, particularmente ao território russo. Mas essa ofensiva visa de fato, cercar a China e seus aliados que formam o que podemos chamar de Eurásia, composta também pela Rússia, Índia e, mais adiante, a Turquia, que ensaiam concretamente a construção de um bloco econômico-militar para se contra-

por à hegemonia ocidental. O imperialismo do Ocidente, composto pelos Estados Unidos e seus aliados europeus apostaram na desestabilização da região em que situa-se a Rússia, para indiretamente, atacar a China, pois esse movimento desestabilizador evidencia-se claramente nas articulações dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha, no Oriente, especialmente através de alianças militares e econômicas com Japão, Coreia do Sul, Austrália e Nova Zelândia. De modo que tanto a Rússia como a Ucrânia fazem parte da atual disputa geopolítica mundial. Obviamente, os comunistas do PCB entendem que a única solução positiva para o conflito no Leste europeu é o fim das agressões e a saída das tropas russas da Ucrânia, assim como da OTAN, dos Estados Unidos e da União Europeia das fronteiras da Rússia. Para nós a perspectiva de uma paz duradoura e a unidade dos trabalhadores ucranianos e russos e oposição ferrenha às pretensões subimperialistas russas, ucranianas e do imperialismo ocidental.

O MOMENTO - Você lançou mais uma edição de seu livro Sinfonia Inacabada (Boitempo, São Paulo, 2022), quais são os novos aspectos apresentados nessa edição diante das anteriores?

Mazzeo - A nova edição do meu livro Sinfonia Inacabada – a política dos comunistas no Brasil, tem um apêndice que analisa de divisão do PCB na década de 1990 e o longo processo do que ficou conhecido como Reconstrução Revolucionária, que inicia-se em 1993, com a realização do X Congresso do partido e vem até os dias de hoje, quando o Partido se reinsere nas lutas populares e dos trabalhadores, e que vem constituindo um progressivo protagonismo na luta de classes do país, através da organização da classe e dos movimentos sociais populares e de trabalhadores, fazendo, ao mesmo tempo, a crítica à conciliação de classes efetuada pela social-democracia-tardia, o PT, e a dura oposição ao neofascismo. De modo que uma das novidades do livro é a reafirmação a possibilidade da construção da alternativa socialista para o Brasil.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A FALSA ABOLIÇÃO 14 DE MAIO: O DIA SEGUINTE



Foto: Naiane Mello

Por Wenderson Silva Ribeiro

Não são poucas as datas e personagens históricos que geram polêmica no debate sobre o Brasil e sua verdadeira história. Talvez uma das datas polêmicas que mais geram debates, especialmente no interior do movimento negro seja o 13 de maio, dia em que ocorreu a aprovação da lei Áurea, assinada pela Princesa Isabel, dando fim à escravidão de pessoas negras.

Para o movimento negro, o 13 de maio é uma data cujo objetivo é o de denunciar o racismo, e não uma comemoração do processo de abolição da escravatura. Entretanto, na primeira fase do movimento negro brasileiro, que vai do início da república até 1940, parte expressiva das organizações olhavam com simpatia para a data da abolição e para Princesa Isabel. Dentre estas organizações, tivemos o Clube 13 de Maio dos Homens Pretos, organização que, já na escolha do próprio nome, fazia alusão à Lei Áurea. Outro exemplo foi o Clarim d'Alvorada, um dos principais jornais da chamada Imprensa Negra, fundado pelos militantes Jayme de Aguiar e o José Correia Leite, que noticiava e exaltava a comemoração do 13 de maio realizada por organizações negras.

Foi ainda no período da primeira fase do movimento negro que começou a surgir o debate crítico sobre a abolição. Organizações questionavam a forma como a abolição fora feita e apontavam para a necessidade de uma segunda. Porém, somente a partir da década de 70 começaram as críticas mais sistemáticas ao 13 de maio e à figura de Princesa Isabel, que ainda era tratada como a principal responsável pela libertação dos negros e negras no Brasil. Neste período, estavam surgindo organizações como o Movimento Negro Unificado (MNU) e o

Grupo Palmares, primeira organização a defender o 20 de novembro, dia da morte de Zumbi, como data a se comemorar o fim da escravidão.

Questionamentos sobre a data de abolição da escravatura vão para além de se ela é ou não a mais representativa para a população negra, devendo apontar, também, os limites da Lei Áurea, já que em 1888 apenas 10% da população negra ainda era escravizada. Além disso, considera-se o fato de que o Estado brasileiro abandonou milhares de pessoas à própria sorte, sem criar o mínimo de condições para que estas não morressem na miséria total. Ao falar sobre a abolição, Lélia Gonzalez aponta que:

Na verdade, o 13 de maio de 1888 trouxe benefícios para todo mundo, menos para a massa trabalhadora negra. Com ele se iniciava o processo da marginalização das trabalhadoras e trabalhadores negros. Até aquela data elas e eles haviam sido considerados bons para o trabalho escravo. A partir de então passaram a ser considerados ruins, incapazes para o trabalho livre (GONZALEZ, 2020, p. 266)

Embora a luta dos escravizados tenha sido importante para o fim da escravidão, nesta citação acima Gonzalez salienta como abolição da escravatura, da maneira que foi realizada, não resolveu o problema da população negra, já que no 14 de maio os negros, agora livres, não tinham o que fazer e foram integrados de forma marginal ao mercado de trabalho. Agora livres juridicamente, os negros continuavam em condições desumanas. Não à toa, Clóvis Moura considera que a abolição da escravatura foi um acordo de setores da classe dominante para uma transição pacífica e sem mudança social.



A construção do Negro como Mau Cidadão

A marginalização do negro não ocorreu por acaso: foi planejada ainda na primeira metade do século XIX. Clóvis Moura, ao descrever o processo de decomposição do escravismo tardio e o advento do trabalho livre no Brasil, aponta medidas modulares que foram construídas para a constituição de um Brasil capitalista, cristão e branco. Tais medidas foram criadas para marginalização e extermínio da população negra, sendo elas a Tarifa Alves Branco de 1844; a Lei da Terra de 1850; a lei Eusébio de Queirós de 1850; a guerra do Paraguai que durou de 1865 até 1870 e a política “imigrantista”.

Essas medidas foram essenciais para que houvesse uma transição para a sociedade capitalista sem que as relações da sociedade escravista fossem alteradas e que o negro, agora livre, pudesse ser responsabilizado pelo seu desemprego, analfabetismo, encarceramento, mortes e pela falta de ascensão social no contexto capitalista. Algumas destas medidas funcionaram como mecanismos de interdição social, impossibilitando que os negros pudessem ascender socialmente. As principais foram a Lei da terra, que construiu uma massa de negros livres sem acesso às terras e preservou os latifúndios dos senhores de escravos e a política imigrantista que trouxe uma massa de trabalhadores de outros países, especialmente da Itália, para se tornarem trabalhadores assalariados aqui no Brasil e, com isso, excluir do negro qualquer possibilidade de ascensão social.

Esse processo de transformação do negro em “mau cidadão” na passagem da sociedade escravista para a capitalista é muito bem descrito na música 14 de maio, de Lazzo Matumbi e Jorge Portugal:

*No dia 14 de maio, eu saí por aí
Não tinha trabalho, nem casa, nem pra onde ir
Levando a senzala na alma, eu subi a favela
Pensando em um dia descer, mas eu nunca descí*

*Zanzei zonzo em todas as zonas da grande agonia
Um dia com fome, no outro sem o que comer
Sem nome, sem identidade, sem fotografia
O mundo me olhava, mas ninguém queria me ver*

Este trecho é uma boa síntese do que foi o dia 14 de maio de 1888, o dia que nunca acabou para a população negra. Já que desde então a vida dessa parcela da população tem sido de luta incansável para sobreviver à superexploração, violência policial nas comunidades e a miséria que é fruto do capitalismo dependente brasileiro.

Se os negros antes da abolição eram vistos como bons escravos, doces e obedientes, agora na sociedade capitalista, os negros são vistos como cidadãos de péssima qualidade. Preguiçosos – por isso pobres, pessoas com desvio de caráter e que por isso lotam as prisões e precisam morrer na mão da polícia.

A luta Radical Por uma Verdadeira Abolição

Vivemos em um período histórico em que o debate racial ganha destaque em diversos âmbitos sociais. Uma conquista do movimento negro brasileiro que colocou a questão do racismo na agenda política do país. Apesar disso, o debate na maioria das vezes é esvaziado, sem levar em conta a raiz do problema. É necessário, para aqueles que querem um mundo em que não haja racismo, uma luta radical para a emancipação coletiva de todos os oprimidos e explorados pelo capitalismo.

Uma das questões centrais do 13 de maio é a ideia de que a libertação da população negra ocorreu pela boa vontade da classe dominante e não pela luta dos escravizados, ocultando a luta de diversas figuras, como a de Zumbi e Dandara dos Palmares e ajudando a construir o mito de passividade dos negros brasileiros.

Os questionamentos sobre o 13 de maio e apontamentos dos limites da lei áurea são fundamentais, assim como o resgate das rebeliões e daqueles que lutaram para a construção de um Brasil livre da exploração e opressão, pois, como demonstra a história da própria resistência negra: a liberdade não é uma dádiva, mas sim uma conquista coletiva.

Neste sentido, não há outro caminho para o movimento negro se não o da luta radical contra o capitalismo e da construção do socialismo.

Referências

FERNANDES, F. *A integração do negro na sociedade de classes*. v. 1. São Paulo: Globo, 2008.

GONZALEZ, Lélia. *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaio, Intervenções e Diálogos* Rio Janeiro: Zahar. 2020.

MOURA, C. *Dialética radical do Brasil negro*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2014.

MOURA, C. *História do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1992.

MOURA, C. *O Negro: de Bom Escravo a Mau Cidadão?* São Paulo: Dandara, 2021.

AS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DA BAHIA (UEBA) (R)EXISTEM!



UESC Foto: Facebook Hilton Coelho

Apesar do contínuo ataque do Governo Estadual da Bahia (Rui Costa-PT) e da omissão conivente do Secretário de Educação, hoje candidato à Governador, as Ueba resistem!

Por Elson Moura Dias Junior - Professor Assistente da Universidade Estadual de Feira de Santana Coordenação Geral da Associação dos/das Docentes da Universidade Estadual de Feira de Santana – Adufs/BA

Vivemos (e lutamos contra) uma conjuntura de intensificação dos ataques do Capital e seu Estado à classe trabalhadora mundial. No Brasil, após golpe de 2016 e consequente eleição de Bolsonaro, isso nos foi ainda mais visível. Essa matéria, contudo, demonstra não ser essa uma agenda política exclusiva das forças reacionárias. Estende-se para os Governos de conciliação de classes; neste caso, PT na Bahia.

Um bom ponto de partida para chegar a essa conclusão está no fato de termos um Governo que sistematicamente ataca os direitos de servidores e servidoras públicas; logo, ataca também os serviços. E é através

dos serviços que a maior parte dos trabalhadores e trabalhadoras acessa a educação, saúde, lazer, segurança, previdência etc. Ou seja, um ataque ao conjunto da classe trabalhadora baiana.

Destacamos aqui um exemplo singular, mas bastante representativo: o contínuo ataque às universidades estaduais baianas: Uefs, Uesb, Uesc e Uneb. É bem verdade que essa agenda não se inicia nos Governos Jaques Wagner e Rui Costa (PT). O “Carlismo” de outrora deu sua contribuição. Porém, os dois mandatos do atual Governador escancaram esse projeto até para aqueles e aquelas que se esforçam em não querer ver.



A pauta protocolada junto ao Governo no dia 21 de dezembro de 2021, sintetiza a atual situação das universidades estaduais. A reivindicação do Movimento Docente gira em torno de quatro eixos fundamentais:

- a) a defesa do reajuste salarial que recomponha as perdas históricas, quase 50% se tomarmos como referência o período de dois mandatos de Rui Costa. O reajuste de 2022, único na gestão do referido Governador, sequer repõe as perdas do ano de 2021;
- b) a defesa dos direitos trabalhistas, muitos deles previstos no Estatuto do Magistério Superior, mas que não são fruídos por um conjunto de manobras do atual Governo. São exemplos: regime de dedicação exclusiva, progressões, promoções, licenças (sabática e prêmio), adicional de insalubridade, anuênio e quinquênio. O próprio Estatuto é alvo de alterações unilaterais por parte do Governo;
- c) a defesa da autonomia universitária como previsto no artigo 207 da Constituição Federal. Um exemplo gritante do ataque à autonomia é a manutenção da lista tríplex no texto do Estatuto. O “entulho autoritário” se manteve em todas as quatro gestões do Partido dos Trabalhadores na Bahia. E tendo o atual Governador exigido sua manutenção, além de ter ameaçado utiliza-la por mais de uma vez;
- d) a defesa por um financiamento público que garanta que a universidade cumpra sua missão com o ensino, a pesquisa e a extensão. Reivindicamos um financiamento de 7% da Receita Líquida de Impostos (RLI), revista a cada dois anos, tendo no ano posterior nunca menos que o ano anterior.

Aos ataques contra os quais essa pauta se levanta, soma-se o autoritarismo do Governo ao suspender unilateralmente a mesa permanente de negociação, fruto de um acordo de greve de 2019; fato grave e inédito na história do Movimento Docente. Mais recentemente, não obtivemos respostas concretas sobre a discussão de uma pauta

protocolada praticamente há 5 meses atrás. São muitas as formas de ser autoritário!

As universidades estaduais baianas têm suas histórias marcadas pela democratização e interiorização do ensino superior em nosso Estado. Através delas uma parte importante da força de trabalho foi qualificada. Através delas, a ciência deixou de ser uma forma de conhecimento estranha para um número incontável de pessoas.

No período mais recente, as Ueba se destacaram no combate, nas mais diversas frentes, à pandemia do Covid 19. Um exemplo representativo é o Portal Geocovid cuja função é mapear e compreender a disseminação do vírus como forma essencial para combater a pandemia (<https://covid.mapbiomas.org/>). Por vezes, foram as Ueba que cumpriram papel que deveria ser do Estado organizando ações de solidariedade.

Essa importância parece não ser suficiente para um Governo que vem demonstrando na sua política um desprezo pela universidade pública. Como se as Ueba fossem um peso ao qual ele quer se livrar. Como não tem coragem de fazê-lo numa canetada, segue desidratando as instituições, empurrando-as para uma condição mínima.

Mas, nada disso acontece como resultado de uma única força. Foi, é e sempre será o resultado de uma correlação de forças. E o Movimento Docente, através das Associações Docentes e do Fórum das Associações docentes, nosso importante espaço de unidade, vem protagonizando uma luta histórica contra os sucessivos ataques do governo, pela manutenção e ampliação da missão da universidade pública.

Essa luta é por nós e pela universidade pública; logo, é para os filhos e filhas da classe trabalhadora. Por eles e elas seguiremos firmes!

O SEQUESTRO DO FUNDEB PELO GOVERNO RUI COSTA



Foto: Marcos Oliveira/Agência Senado

Por Giovani Damico

No ano de 2020, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) foi transformado em uma nova Lei permanente, mantendo e aprofundando o papel do fundo homônimo que expirou naquele ano. O Fundo se constitui de um instrumento de alimentação dos recursos na Educação básica, tendo como uma de suas principais prerrogativas o aperfeiçoamento dos trabalhadores servidores da Educação Pública brasileira.

A atribuição do FUNDEB enquanto um Fundo de qualificação, garante que parte dos recursos não investidos diretamente na manutenção das escolas e creches da rede básica, devem ser revertidos diretamente no aperfeiçoamento do pessoal, seja na for-

ma de abonos, aumentos salariais, gratificações e estímulos à produtividade. Ao final de 2021 foi regulamentada uma nova legislação que visava acabar com ambiguidades referentes à temática dos repasses das chamadas “sobras do FUNDEB”, ou seja, todo o montante de recursos não utilizados naquele ano para custeio corrente, e que deveriam ser direcionados para remuneração dos docentes e trabalhadores da educação básica em cada estado brasileiro.

Na Bahia a política neoliberal de Rui Costa vem instituindo de longa data ataques continuados à Educação Pública, seja no Ensino Superior, seja no Ensino Básico. Rui Costa vem implementando um modus operandi, onde todo tipo de corte na folha de pagamento é estimulado, inclusive ne-

gando aos servidores direitos básicos, como transporte e alimentação. O cenário caótico se desdobra para os orçamentos das Universidades, que em abril culminaram em mobilizações das Universidades Estaduais da Bahia, por uma paralisação estadual, que contou com uma Caravana para a capital baiana.

Na Educação Básica o cenário se mostra ainda mais caótico, uma vez que as perdas salariais acumuladas ao longo dos últimos anos, se juntam ainda com as diversas omissões, a precarização continuada das condições de trabalho, a ausência sistemática de políticas de incentivo e qualificação, bem como a manutenção infra-estrutural da Rede. Com a pandemia deflagrada em 2020, a situação na Educação baiana assume ares de inviabilização quase completa. Não à toa no ano de 2020 a rede básica levou um ano inteiro buscando se reestruturar para a garantia das aulas em modalidade remota, a despeito das gravíssimas falhas estruturais, seja nas escolas, seja na garantia de condições mínimas de acesso a internet e condições de estudo ao alunado em suas residências.

Mediante tal cenário, a rede estadual retoma os trabalhos em ritmo dobrado no ano de 2021, instituindo um biênio letivo 20/21, num corte dramático, marcado pelo adoecimento dos docentes, pelo luto generalizado, e pelas péssimas condições de trabalho para docentes. Do outro lado o alunado se via imerso sob péssimas condições de aprendizado, em suas casas desprovidos de acesso adequado à internet, materiais didáticos e pedagógicos, ausência de condições físicas e materiais para desenvolver plenamente os estudos. O Ano de 2020 e 2021 assim marcaram o aprofundamento da precarização da Educação Pública, bem como o descompasso e desnível perante à educação privada, tendo sido os ENEM deste período os mais excludentes.

Após a realização de uma jornada letiva de enormes percalços o ano de 2021, os professores da rede básica na Bahia vêm instituindo um grande esforço para nivelamento do alunado, que acumulou enormes déficits no período. No entanto, os ataques dire-

cionados à educação não diminuem, tendo sido implementada pelo Governo Bolsonaro uma legislação que visa sequestrar o tempo de serviço dos docentes durante a pandemia. Medida que encontrou amplo apoio e respaldo de Rui Costa.

A sanha neoliberal do petista encontrou no FUNDEB mais uma de suas frentes de ataque. Tendo sido o fundo sequestrado pelo Governo do Estado, que até o presente momento não conferiu aos servidores e servidoras quaisquer esclarecimentos acerca dos repasses das sobras do fundo para a categoria. No interior do estado, alguns municípios iniciaram o processo de pagamento aos servidores, tendo municípios como Lauro de Freitas, finalizado os repasses dos abonos.

O cenário do Sequestro do Fundeb, é mostra de uma política continuada de desarticulação da educação Pública. Onde os investimentos em educação são convertidos ao mínimo possível. Procedimentos como licenças para qualificação, como mestrado, especialização e doutorado, têm sido sistematicamente boicotados pelo governo petista baiano, bem como a progressão de carreira nos casos em que os docentes conseguem a nova titulação, encontram diversos entraves burocráticos e esperas de no mínimo um ano para implementação. O FUNDEB deixa assim de ser um instrumento de qualificação e estímulo à qualificação, para virar um aporte a todo tipo de uso escuso por parte de um poder público comprometido com a ordem do capital.

Na quadra histórica onde as escolas públicas vêm sendo vendidas, militarizadas ou precarizadas, o compromisso com a educação se torna marca incontornável de qualquer programa de transformações sociais substanciais. A reversão do sequestro do FUNDEB se mostra como uma urgência, que deve ainda vir associada com reversões nos diversos ataques a educação, com garantia dos direitos fundamentais dos servidores, em uma política que coloque a educação à serviço da classe trabalhadora baiana e brasileira.

PACOTE DO VENENO: O AGRO É GUERRA, O AGRO É MORTE, O AGRO É FOME



Foto: Marcos Oliveira/Agência Senado

Por Alexandre Mask

O ano de 2022 se desenha, no cenário mundial, com traços definidos por conflitos bélicos burgueses, pandemias, devastações ambientais e mudanças climáticas críticas, num momento de ofensiva intensa da classe dominante, especialmente no Brasil e em toda a periferia do sistema capitalista. A classe trabalhadora brasileira vem perdendo direitos, e sofrendo inúmeras consequências catastróficas. Dentre elas podemos destacar a insegurança alimentar e a fome, ao passo que a burguesia tem elevado substancialmente seus lucros e conduzindo nosso planeta a um ponto de não retorno, colocando em risco a existência da espécie humana. Grande parte dessa responsabilidade repousa sobre o Agronegócio. Para compreendermos melhor essa questão e pensarmos em soluções coletivas, precisamos analisar alguns aspectos separadamente para perceber como eles se relacionam.

O Agro é GUERRA

A década era a de 1960. Por quase 10 anos, a operação “ajudante de fazendeiro”¹ despejou em torno de 80 milhões de litros de **Agente Laranja**, e outras variantes, por cima do Vietnã do Sul, atingindo aproximadamente 16% da extensão do país. O objetivo era exterminar as florestas e plantações que dificultavam o avanço do exército estadunidense em sua guerra imperialista. Não lograram êxito no combate: os vietcongues colocaram os belicistas do Tio Sam para correr. Contudo, outra guerra se iniciara, de forma invisível, mas que perduraria até os tempos atuais, através de elevadas taxas de câncer, distúrbios diversos, desde o sistema respiratório à epiderme, abortos espontâneos e problemas congênitos nas gerações seguintes, deixando um legado tóxico sobre a saúde do povo vietnamita. Veteranos estadunidenses da Guerra do Vietnã contraíram o mal de Parkinson, também pela mesma causa (Robin, 2012, p.157).

Um dos precursores do **Agente Laranja** é o herbicida 2, 4-D, fabricado pela Monsanto. A empresa

carrega em seu portfólio produtos como DDT, Roundup (glifosato), dentre outros venenos e peripécias químicas irresponsáveis, além da Bomba Atômica e diversas armas nucleares. Este herbicida contém o que se conhece por dioxina, que é constituída por uma relação de diversos compostos químicos carinhosamente chamados de “Os doze condenados”², um grupo de contaminadores ambientais persistentes e bioacumulativos³, ou seja, que se acumulam na cadeia alimentar. Todos esses produtos foram criados como **armas químicas de guerra**.

Recorramos a Walter Benjamin, para quem a guerra é o ponto de convergência para a estética da política. Do ponto de vista técnico, apenas a guerra é capaz de mobilizar a tecnologia na sua totalidade, e ao mesmo tempo preservar as relações de produção. E com isto, é através da guerra que os maiores desenvolvimentos tecnológicos se sucedem (BENJAMIN, 2021). E depois da guerra? Para onde vai essa tecnologia? Como recuperar todo o derrame financeiro que a guerra proporcionou?

No caso das armas químicas citadas acima, a Revolução Verde⁴, ou **Contrarrevolução Verde**, para um nome mais adequado, foi um dos principais meios de reutilização das tecnologias de guerra na segunda metade do século XX. Tais práticas se mantêm até a atualidade. No final da 1ª Guerra Mundial, alemães detinham elevadas quantidades de estoque de nitratos (matéria-prima para fabricação de explosivos) sem destino, que foram reciclados pela indústria química e introduzidos impositivamente na agricultura. Este passou a ser o “lixão” da indústria da guerra. Nem a agricultura, tampouco os agricultores criaram ou sequer solicitaram o desenvolvimento de agrotóxicos. São produtos da guerra feitos para matar seres humanos e destruir suas plantações. Não são produtos que buscam quaisquer benefícios para a humanidade, e devemos chamá-los da forma correta: **Veneno – Arma Química – Agrotóxico**. Esses venenos intoxicam anualmente

mais de 3 milhões de pessoas, e mais de 7% são levados a óbito. Todos os dias pelo menos 25 pessoas são vítimas dos agrotóxicos (GÓMEZ, 2012).



Foto: Pixabay

O Agro é MORTE

Para além da exploração do ser humano pelo ser humano através do trabalho, Marx abordou, em sua obra, a exploração da natureza⁵ como meio para esgotamento do solo⁶, bem como o rompimento do metabolismo entre o ser humano e a terra, conceito posteriormente chamado de “falha metabólica” ou “ruptura metabólica” (FOSTER, 2005, p. 10)⁷, muito antes da ideia de “consciência ecológica” fazer parte das preocupações da burguesia.

Nesse momento estamos submetidos a uma pandemia de Covid-19 que infectou mais de meio bilhão de pessoas e o número de óbitos superou os seis milhões⁸. Muitas são as controvérsias acerca da origem do Sars-COV-2, vírus causador da doença. Sua genética demonstra ser um rearranjo do coronavírus de morcego com uma cepa de Pangolim, que posteriormente encontrou sintonia no sistema imunológico dos seres humanos. Não há explicação plausível para o salto do vírus entre essas espécies, tampouco por espécies intermediárias, a exemplo da conhecida gripe suína, que transitou dos porcos para os humanos, sem considerar o papel da agropecuária. Florestas têm como uma de suas principais funções interromperem a transmissão de vírus mortais. O círculo regional de produção, que parte das florestas periurbanas (regiões que abrangem a periferia da cidade) para as cidades se reproduz no mundo inteiro. Essa estrutura mais ampliada permite uma melhor análise e compreensão da grande maioria dos surtos ocorridos por quase todo o planeta, tendo em vista que todos têm origem ou reemergem em locais pertencentes a esses círculos produtivos em expansão. Boa parte dessas ecologias são resultados de imposições do modelo capitalista. É o contexto agroeconômico que desenvolve boa parte dos patógenos (WALLACE, 2020).



Foto: Reprodução Portal Comuniquê-Se

O Agro é FOME

O Brasil na última década, potencializado ainda mais pelo governo Bolsonaro, intensificou seu caráter subserviente aos interesses do grande capital financeiro e do imperialismo, exercendo funções secundárias na economia global, mantendo-se na parte superior do ranking de consumo de agrotóxicos no planeta e de monoculturas transgênicas para exportação. Esse cenário está atrelado a um processo de desindustrialização que caminha a passos largos, tendo suas bases de transformação industrial cada vez mais sucateadas. O implacável caráter expansionista do Capital se expressa em nosso modelo agrícola hegemônico, o agronegócio, na expansão do latifúndio, potencializada pela relação escassa entre a elevação da produtividade e a demanda de insumos que as sementes modificadas podem oferecer. Não há outro caminho para manter a rentabilidade nesse modelo. Alterações das legislações ambientais e fundiárias permitem expansão do Agrobiz para áreas de preservação, além da expropriação de territórios atualmente ocupados por populações tradicionais indígenas, ou ainda assentamentos de reforma agrária, sendo motores para garantir a reprodução do modelo agroeconômico, que, por sua vez, torna-se agente causador de diversos crimes ambientais e seguem promovendo genocídios e etnocídios da população cada vez mais vulnerável ante o desejo de maiores lucros.

O modelo do Agronegócio aparece como herói do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro, quando na verdade, em sua essência, é o vilão responsável pela insegurança alimentar que hoje atinge mais de 110 milhões de brasileiros, promovendo o retorno do Brasil ao mapa da fome, somando mais de 20 milhões de pessoas nessa situação, intensificando as desigualdades que se expressam na crise social que o país se encontra e nos impactos ambientais sem possibilidade de recuperação, a saber, alterações dos ecossistemas e perda de biodiversidade, causadas pelos agrotóxicos (**Venenos**).



Foto: Oberon Blenner/Reprodução/Abrasco

Pacote do Veneno

Agora que chegamos a uma base mínima de entendimento do que são agrotóxicos, do seu poder destrutivo e mortal, de onde vem e a quem interessa, além de já conhecermos também os impactos que o Agrobiz causa ao redor do planeta, vamos à questão central. Recuperemos o início do texto, dando a César o que é de César: **Veneno – Arma Química – Agrotóxico**.

No embalo do governo Bolsonaro, que podemos chamar de o governo do Agronegócio, sob a liderança do ex-desMinistro do Meio Ambiente Ricardo Salles, que fez jus ao seu pronunciamento em reunião ministerial, na qual registrou que a pandemia do Covid-19 abria a oportunidade para “ir passando a boiada”⁹, no dia 9 de fevereiro de 2022, em sessão com velocidade recorde foi aprovada na câmara dos deputados a PL 6.299/2002, conhecida como **Pacote do Veneno**. Os argumentos usados para defender o **Pacote do Veneno** são desprovidos de quaisquer bases científicas ou técnicas. As seções anteriores nos dão a percepção necessária para enxergar o que realmente esses produtos representam, e quais as verdadeiras ideias que eles carregam consigo. Escondida atrás de uma capa formada por campanhas midiáticas baseadas em distorções e mentiras (CONSEA, 2014) (ZANONI & FERMENT, 2011), promovidas por veículos que participam direta ou indiretamente do conjunto de agronegócios, a indústria internacional, através de suas empresas, encontra no Brasil a solução para comercialização dos seus **venenos proibidos** em dezenas de países. A flexibilização dos marcos legais e regulatórios trabalhistas, previdenciários e ambientais, junto ao enfraquecimento do Estado na regulação desses venenos, fomentam o fortalecimento do Agronegócio no país (GURGEL ET AL, 2019).

O **Pacote do Veneno** não é uma caixa de Pandora. Apesar de trazer consigo o grande potencial de tragédias para o povo brasileiro, esperança é algo que não encontra repouso em sua existência. Nem a mitologia é capaz de encontrar caminhos que justifiquem tamanha crueldade com o povo brasileiro. Não obstante, no interior dessa caixa preta, encontramos absurdos e atrocidades que não achariam espaço num compêndio mitológico. A falta de clareza nas justificativas e no processo de aprovação do **Pacote do Veneno** é temperada com obscuridades de fazer inveja aos textos de Hegel.

Desde pontos que versam sobre a permissão para exportar venenos banidos no país com previsão para substituir registros de produtos destinados à exportação sem a necessidade de estudos ambientais e toxicológicos, passando por definições abstratas e altamente subjetivas como a de “risco aceitável”, que tornaria possível o registro de venenos de toxicidade igual ou superior ao **Agente Laranja**, e todas as suas consequências com base em estatísticas de números “irrelevantes” de incidências de câncer, mutações, malformações fetais ou alterações hormonais e reprodutivas, o **Pacote-Catástrofe** não para por aí. É nossa tarefa enquanto classe trabalhadora impedirmos que sigam trans-

formando nosso país na lata de lixo tóxico do planeta e resistir à expansão do Agronegócio que segue matando, desmatando e nos envenenando, garantindo sua lucratividade em detrimento das nossas vidas. O Agro é GUERRA, o Agro é MORTE, o Agro é FOME!

Ambientalistas e simpatizantes de todo mundo, uni-vos!

¹ CONTEÚDO aberto. In: Wikipédia: Operação Rancho Mão. Disponível em: https://pt.frwiki.wiki/wiki/Op%C3%A9ration_Ranch_Hand. Acesso em: 18 mai. 2022.

² CONTEÚDO aberto. In: Wikipédia: The Dirty Dozen. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/The_Dirty_Dozen. Acesso em: 18 mai. 2022.

³ MONTONE, Rosalinda C. IOUSP: Bioacumulação e Biomagnificação. Disponível em: <https://www.io.usp.br/index.php/oceanos/textos/antartida/31-portugues/publicacoes/series-divulgacao/poluicao/811-bioacumulacao-e-biomagnificacao.html>. Acesso em: 18 mai. 2022.

⁴ A Revolução Verde foi um processo histórico iniciado nas primeiras décadas do século XX, que teve sua consolidação após o fim da 2ª Guerra Mundial, a partir dos processos de exportação da revolução agrícola estadunidense para o México, sob o financiamento da Fundação Rockefeller. Seu principal componente foi a produção de sementes geneticamente modificadas que teriam seu desenvolvimento adaptado aos climas tropicais, com o uso de fertilizantes adequados, produzidos pela mesma origem dessas sementes (MACHADO, 2014).

⁵ “Assim como na indústria urbana, na agricultura moderna o incremento da força produtiva e maior mobilização do trabalho são obtidos por meio da devastação e do esgotamento da própria força de trabalho. E todo progresso da agricultura capitalista é um progresso na arte de saquear não só o trabalhador, mas também o solo, pois cada progresso alcançado no aumento da fertilidade do solo por certo período é ao mesmo tempo um progresso no esgotamento das fontes duradouras dessa fertilidade. Quanto mais um país, como os Estados Unidos da América do Norte, tem na grande indústria o ponto de partida de seu desenvolvimento, tanto mais rápido se mostra esse processo de destruição. Por isso, a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social na medida em que solapa os mananciais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador” (MARX, 2017, p.573).

⁶ “A indústria e a agricultura em grande escala, exploradas de modo industrial, atuam de forma conjunta. Se num primeiro momento elas se distinguem pelo fato de que a primeira devasta e destrói mais a força de trabalho e, com isso, a força natural do homem, ao passo que a segunda depreda mais diretamente a força natural da terra, posteriormente, no curso do desenvolvimento, ambas se dão as mãos, uma vez que o sistema industrial na zona rural também exaure os trabalhadores, enquanto a indústria e o comércio, por sua vez, fornecem à agricultura os meios para o esgotamento do solo” (MARX, 2017, p.873).

⁷ No original “metabolic rift”. Na tradução para o português o termo utilizado foi “falha metabólica”.

⁸ ver <https://www.worldometers.info/coronavirus/>

⁹ disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=v8fm8-eMrhw>

Referências:

- BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. Porto Alegre: L&PM, 2021, p.96-99.
- BULLFINCH, Thomas. O Livro da Mitologia: A Idade da Fábula. 1ª ed. São Paulo: Martin Claret, 2013, p41-48.
- BURCH, D. “Production, consumption and trade in poultry: corporate linkages and North-South supply chains”. In: FOLD, N. & PRITCHARD, W. (Orgs.). Cross-continental Agro Food Chains. Londres: Routledge, 2005, P.166-178.
- CONSEA. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Mesa de controvérsias sobre impactos dos agrotóxicos na soberania e segurança alimentar e nutricional e no direito humano à alimentação adequada. Relatório Final 2013. CONSEA: Brasília, 2014. Disponível em: https://www.mpma.mp.br/arquivos/ESMP/2014_Relatorio_Final_Mesa_Controversias_Agrotoxicos.pdf. Acesso em: 19 maio 2022.
- FRIEDRICH, Karen et al. (org.). “Dossiê contra o Pacote do Veneno e em defesa da Vida!”. 1ª ed. Porto Alegre: Rede Unida, 2021, 336 p.
- FOSTER, John Bellamy. A Ecologia de Marx: materialismo e natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- GÓMEZ, G. C. Os agrotóxicos, o novo holocausto invisível. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/noticias/516210-os-agrotoxicos-o-novo-holocausto-invisivel>. Acesso em: 18 mai. 2022.
- GURGEL, A. et al. (orgs). Saúde do campo e agrotóxicos: vulnerabilidades socioambientais, político-institucionais e teórico-metodológicas. Recife: Ed. UFPE, 2019, 413 p.: il. Disponível em: <http://www.movimentocienciadada.org/documento/detail/58>.
- MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro. Dialética da Agroecologia. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014, 360p.
- MARX, Karl. O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARX, Karl. O capital: crítica da economia política: livro III: o processo global da produção capitalista. Edição de Friedrich Engels. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- ROBIN, M.M. Nuestro Veneno Cotidiano. Barcelona, Península, 2012, 667p.
- WALLACE, Rob. Pandemia e Agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência. São Paulo: Elefante, 2020, 608p.
- ZANONI, M. & FERMENT, G. (orgs.). Transgênicos para quem? Agricultura, Ciência e Sociedade. Brasília: MDA, 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/299645431_Transgenicos_para_quem. Acesso em: 19 mai. 2022.

SEÇÃO ESPECIAL: ELEIÇÕES 2022

BIOGRAFIA DE JOÃO COIMBRA



Foto: Daniel Drummond

João Coimbra nasceu no dia 05 de dezembro de 1990, numa quarta-feira chuvosa na ilha de Upaon-Açu, São Luís/MA. Filho, neto e sobrinho de comunistas, a criação de João é indissociável de sua formação política: raça, racismo, classe social e revolução já eram palavras constantes na sua casa - uma morada sem luxos, mas onde nada faltou.

Filho de Oxóssi com Oxum e Ogum, a infância católica de João o fez um feliz coroinha, que ao lado de seu irmão mais velho (hoje, médico intensivista) ajudava o frei italiano do seu bairro com os potes e sinos da liturgia. Dali, fez a primeira eucaristia, estudou em um colégio de freiras e se crismou. Já afastado da Igreja, é notória na sua fala e escrita políticas a presença dos ensinamentos bíblicos, que desde criança já eram compreendidos e ensinados numa perspectiva revolucionária.

Sua adolescência foi marcada por suas intenções artísticas, onde tentou ser ator de teatro e/ou cantor, planos que tiveram de passar para o banco de trás da vida. A vocação para a vida política, que sempre esteve presente, se fez ainda mais forte no momento da escolha do seu curso universitário: por compreender que o direito poderia ser uma ferramenta de transformação social, formou-se como advogado.

E foi na vida universitária de João que ele teve contato com a política propriamente dita: organizou-se em movimentos estudantis, fez parte de programas de extensão como a Assessoria Jurídica Popular e até assumiu uma secretaria no Diretório Central dos Estudantes. No entanto, o jovem advogado ainda alimentava o falso sonho da "revolução por dentro", em que passaria num concurso público para juiz, e com o bolso cheio e a geladeira lotada, faria a revolução "aos poucos". Mas como toda fantasia um dia chega ao fim, esse "plano" não se demorou a mostrar-se uma mentira deslavada.

A preparação para provas estúpidas e estupificantes, tal qual são os concursos públicos para magistrados no nosso país, expôs sem ressalvas o interior ideológico da categoria dos operadores do direito. Nas aulas, defendia-se abertamente o genocídio do povo preto, o corporativismo

entre o Ministério Público, o Magistrado e as polícias, e se exaltava o uso de drogas estimulantes para o estudo "turbinado", ao mesmo tempo em que se defendia com unhas e dentes a tenebrosa lei de drogas vigente no nosso ordenamento jurídico.

O desencanto de João com o estudo para concursos - uma preparação absurda para aceitar uma realidade absurda e inaceitável - foi um fator central para a sua radicalização à esquerda. Quem era desde criança "comunista" se tornou, de fato, um comunista. Compreendeu que a única saída da classe trabalhadora é por meio da construção do poder popular, posto que a democracia burguesa não é só incapaz de resolver os problemas sociais: aquilo que chamamos de problemas sociais são, eles mesmos, projetos políticos de dominação e exploração da burguesia sobre a classe trabalhadora. O direito é incapaz de resolver problemas sociais porque ele foi criado para mantê-los, assim como um cachorro é adestrado a nunca morder a mão do seu dono.

A radicalização trouxe Coimbra de volta para a Academia: formou-se Mestre em Direitos Humanos Internacionais nos Estados Unidos e hoje é doutorando em Estudos Africanos pela Universidade Federal da Bahia. A pesquisa científica sobre o direito o permite a crítica materialista das formas jurídicas, ou seja, denunciar a farsa que é o aparelho repressivo do Estado, que ironicamente chama a si mesmo de "Justiça".

Apaixonado pelo Partidão e pela Bahia, João finalmente se organiza nas fileiras do PCB quando vem morar em Salvador. Polêmico, já possuía certo reconhecimento e presença virtual por discutir assuntos complexos com profundidade, didatismo e acidez notáveis. Mas foi dentro da militância comunista que João Coimbra entendeu na prática o caráter coletivo da luta revolucionária, e que o Partido é uma parte essencial da disputa pela consciência do trabalhador.

Hoje, João Coimbra é um dos militantes comunistas brasileiros que estarão presentes no pleito eleitoral. Em suas falas públicas, reconhece a injustiça do modelo burguês de eleições. O sistema é comprável e comprado, o tempo de televisão é dividido de forma arbitrária e antidemocrática, e os comunistas sofrem até hoje com as mentiras forjadas contra eles há mais de um século pelos supremacistas brancos e seus lacaios covardes.

O Congresso Nacional, mesmo não sendo um espaço revolucionário, é um espaço absolutamente estratégico para a construção do Poder Popular. Seu uso da plenária servirá para o enfrentamento enérgico dos fascistas e nazistas que infestaram a política nacional; seus projetos de lei buscarão superar o sectarismo entre as esquerdas e denunciar as limitações da democracia burguesa na defesa dos direitos da classe trabalhadora; e o uso das emendas parlamentares, mantendo-se sempre o horizonte revolucionário, servirá sobremaneira para a formação de jovens quadros políticos e proteção da classe trabalhadora contra as violências racistas e classicistas que vem sofrendo pela mão dos brancos ricos desse país, os herdeiros malditos da colonização e da escravidão.

DA CELEBRAÇÃO DO CENTENÁRIO DO PCB NA BAHIA



Foto: Ludmilla Moreira Lima

Por Marcela Carvalho

No último sábado de maio, a Bahia demarcou sua participação nas comemorações do Centenário do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em uma noite de celebração. A festa se configurou a partir da expressão de múltiplas sinalizações de valorização da cultura enquanto campo de reafirmação da construção político-ideológica de grande importância aos comunistas.

A comemoração, buscou reivindicar a memória de figuras históricas como a da poetisa baiana Jacinta Passos, bem como aspectos da sensibilidade literária de Jorge Amado através da elaboração de grandes painéis e instalações que compuseram a decoração do espaço. Também foi destaque - em sua programação cultural - a dimensão crítica das artes plásticas, da poesia e da música enquanto linguagens referenciais à conformação de um campo de reflexões estéticas que inundam o ambiente partidário do PCB.

Nesse sentido, cabe destacar a exposição do trabalho da artista plástica e militante Inês Melgaço, com sua tela Narciso (1995), na qual identifica, na sua apreensão da realidade objetiva, a crítica à construção do sujeito e de sua subjetividade na sociedade capitalista. Evidenciou-se, também, a lírica do poeta e dramaturgo alemão Bertolt Brecht através da declamação do poema "Aos que virão depois de nós": aqui, a dimensão épica do teatro político brechtiano incorre na denúncia da violência e do declínio da experiência humana frente à ruptura escancarada do Sistema Terra, que se dá na expansão do capitalismo contemporâneo, colocando em questão o próprio drama intersubjetivo do ser social.

Em 100 anos do Partido Comunista Brasileiro, como já fora mencionado em texto anterior publicado neste jornal, a construção das proposições político-culturais a partir do instrumento partidário esteve marcadamente vinculada ao "processo de tentativa de superação do prussianismo em direção

ao nacional popular"¹, que, contudo, se debruçava, em certa medida, sobre a reprodução de uma "cultura ornamental". Esta reflexão, levantada pela Mesa de debate "Pela Reativação da Política Cultural dos Comunistas", realizada nesta mesma celebração, diz não apenas sobre a "criação de um sujeito nacional-popular que trouxesse em seu âmago as demandas das classes populares a partir de um contínuo processo de democratização"², questão de suma importância que permeia as formulações do partido enquanto aparato político-cultural, mas também da estruturação de um roteiro ampliado capaz de difundir criticamente a cultura popular à medida que, enquanto comunistas, vencemos algumas "pechas" que a indústria cultural capitalista impõe. Levando isto em consideração, a celebração contou com o potencial emancipador da arte através das contribuições musicais do militante, rapper, jornalista e compositor, TAS MC e do grupo Canzua Capoeira Angola.

Sob este contexto, cabe a nós, enquanto comunistas, a tematização da cultura enquanto dimensão específica e porque não, irreduzível na emancipação do ser social. Retomar a vida cultural do PCB com vitalidade, de modo que seja possível vislumbrar o caráter crítico das manifestações político-artísticas, evoca mais que a superação dos tensionamentos retratados historicamente que dizem de uma "politização da cultura" ausente de reflexão que acaba por reforçar a paralisia da arte, mas diz sobretudo, da ressonância e influência política que a vida cultural pode e deve enunciar a cultura brasileira como sempre se apresentou o PCB ao longo destes cem anos.

¹ Caires, Rômulo. 2022. Os comunistas brasileiros e a política cultural no período da Ditadura. O Momento, Diário do Povo. 11 de maio de 2022.

² Idem

ZULEIKA ALAMBERT



Foto: Fabio Motta / AE

Por Camila Oliver

Zuleika Alambert nasceu em Santos, São Paulo, no dia 23 de dezembro de 1922. A primeira mulher da Baixada Santista a ser eleita deputada estadual em São Paulo, era formada em contabilidade e também foi escritora, jornalista e militante comunista.

Sua militância política teve início nos anos 40. Em 1947, aos 23 anos, assumiu a cadeira de deputada estadual pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), uma das primeiras mulheres do Brasil a alcançar essa posição. Contudo, no ano seguinte, bem como todos os outros deputados do PCB, teve o seu mandato cassado, pois, o partido havia tido o seu registro cancelado. Dessa maneira, Zuleika passa a atuar na clandestinidade, dada a repressão e a ordem de prisão expedida aos deputados comunistas.

Porém, Zuleika Alambert já havia entrado para os anais da história. Em seu primeiro pronunciamento na ALESP, tratou sobre o papel social e político da mulher. Além disso, Zuleika apresentou o projeto que seria o embrião do que hoje os trabalhadores e trabalhadoras conhecem como 13º salário. O projeto apresentado pela deputada previa o abono Natal para as trabalhadoras e trabalhadores assalariadas/os. Atuou ainda pela criação da Fundação Paulista de Pesquisas Científicas (atual FAPESP). E, ao lado do também deputado Comunista, Caio Prado Júnior, levantou as pautas da cidadania e da liberdade civil.

Nos anos 1950, foi Secretária-geral da União da Juventude Comunista, atuando, de maneira informal, com a diretoria da União Nacional dos Estudantes na construção do Centro Popular de Cultura, nas campanhas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e na defe-

sa do Monopólio estatal do petróleo no Brasil.

Com o golpe burgo-militar de 1964, foi perseguida por sua atuação na juventude e teve seus direitos políticos suspensos por 10 anos. A partir de 1969, com a instauração do AI-5, a repressão aumentou e Zuleika precisou exilar-se, primeiro na Hungria e depois no Chile. Durante o exílio em terras chilenas, a sua atuação militante continuou. Participou, em 1971, em Santiago, do Encontro da Juventude Mundial contra a Guerra no Vietnã e ajudou a criar o Comitê de Mulheres Brasileiras no Exílio. Após o golpe militar no Chile, em 1973, conseguiu asilo na Embaixada da Venezuela. E, em 1974, foi para Paris, como refugiada, sob a proteção da ONU. Em 1979, com a Lei da Anistia, Zuleika retornou ao Brasil e passou a integrar os movimentos de mulheres. Foi fundadora do Conselho Estadual da Condição Feminina do Estado de São Paulo e coordenadora da Comissão Estadual de Educação, Cultura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo. Por seu destaque na luta pelo protagonismo feminino na sociedade brasileira, foi homenageada em 2004 com o Prêmio Bertha Lutz.

Em 27 de dezembro de 2012, faleceu, no Rio de Janeiro, deixando-nos obras importantes tais quais: "Uma jovem brasileira na URSS", "Estudantes fazem história", "Feminismo: O Ponto de Vista Marxista".

Fontes:

<https://ppgneim.ffch.ufba.br/pt-br/lider-feminista-zuleika-alambert-morre-aos-90-anos>

<https://www.scielo.br/j/cpa/a/TKqMgbfSg9S-gSkbhCZLgKYN/?lang=pt>